

Por ter o *Estado* divulgado os textos integrais da proposta brasileira e da resposta do comitê de assessoramento dos bancos, os negociadores brasileiros para a dívida externa ficaram irritados porque os bancos credores tornaram públicos documentos que haviam de comum acordo decidido manter sigilosos. Os negociadores, a rigor, não conhecem a fonte de informação desta folha, pelo que sua irritação contra o comitê é no mínimo prematura. O grave, porém, é o governo querer manter em sigilo documentos tão importantes para a vida do País, sobretudo a proposta brasileira que está circulando em cerca de 500 instituições financeiras, enquanto divulgou com pressa a carta de intenção que foi remetida ao FMI. Já que o problema da dívida externa é considerado como questão-chave da política econômica que o governo Collor quer manter transparente, é normal que a opinião pública seja amplamente informada — e não apenas do lado brasileiro. Não se entende, pois, que se queira esconder a reação dos credores, que nos parece têm algo a dizer a respeito do problema.

O governo apressou-se a apresentar a sua proposta como inovadora e perfeita. Assim, é útil ter a reação dos bancos, cujos re-

presentantes — ao sair das reuniões mantidas na semana passada em Nova York — se mostraram muito discretos. Compreenderíamos, por outro lado, que os representantes brasileiros procurassem manter relativo sigilo sobre as propostas para poder eventualmente modificá-las e não correr o risco de ver o Senado não aprovar uma negociação sobre a qual já havia decidido que o governo brasileiro não deve ceder coisa alguma.

Aliás, parece ser esta a intenção de alguns membros do Congresso, já que o deputado César Maia encaminhou sugestões ao presidente do Senado propondo que o governo submeta à aprovação dos senadores a proposta da renegociação da dívida externa na forma que foi apresentada aos credores para dar respaldo à equipe de negociadores. É evidente que impor tal exigência seria condenar ao malogro qualquer tentativa de negociação, pois a outra parte teria como opção aceitar na sua íntegra a proposta brasileira ou terminar a negociação. Caberá ao Senado brasileiro analisar as consequências para a economia nacional de um afastamento total do mundo a que queremos nos integrar.

Os negociadores brasileiros afirmam que há uma única coisa que não é negociável: a capacidade

de brasileira de pagamentos. Acontece que, de acordo com os dados divulgados, tal capacidade, num país que tem hoje US\$ 9 bilhões de reservas, é nula em 1990, será de US\$ 1.165 milhões em 1991 (valor ao qual poderá se acrescentar um bilhão se conseguirmos o crédito stand by do FMI), de US\$ 932 milhões em 1992, de US\$ 1.650 milhões em 1993, de US\$ 2.148 milhões em 1994 e de US\$ 2.772 milhões em 1995.

Os bancos credores já deixaram bem claro que não aceitam o princípio da capacidade de pagamento tal como foi definida pelo Brasil. Querem discutir em primeiro lugar os critérios definidos pelo Ministério da Economia para calcular tal capacidade; em segundo lugar, querem lembrar que o montante, uma vez definido, deve levar em conta outros aspectos como por exemplo novas entradas de capitais vindos do Exterior sob qualquer forma, até mesmo a de investimentos diretos, movimento que se verificou em outros países que aceitaram negociar segundo as normas internacionais.

É verdade que a proposta brasileira previu um aumento das quantias que poderiam ser resgatadas antecipadamente se os credores aceitassem o zero cupon bond de 45 anos, oferecido (sem nenhuma garantia) aos

credores. As condições previstas são muito ambiciosas já que, por um lado, incluem um aumento do PNB de 7% por dois trimestres consecutivos e a existência de reservas equivalentes a cinco vezes a média mensal anual das importações nos últimos 12 meses, quando as normas internacionais prevêm uma relação de 3 para 1. Quanto ao crescimento do PNB já sabemos que as previsões mais otimistas apontam para a demora em chegar a um crescimento anual de 4%.

O embaixador Jório Dauster, que não esquece o que aprendeu no Itamaraty, diante da rejeição da proposta brasileira pelos bancos fez o seguinte comentário: "Eles não querem nossa proposta e nós não aceitamos a deles. Está tudo empatado e vamos decidir isso ao longo das negociações". Essa declaração mostra que o governo não pretende romper, atitude compartilhada pelos bancos credores. Mas seria necessário que nossas autoridades tivessem prudência e não repetissem tantas vezes que isto e aquilo não se negocia.

A questão da dívida é suficientemente grave para que façamos todos os esforços a fim de encontrar uma solução aceitável para ambas as partes.